

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL EM ASSENTAMENTOS – ESTUDO DE CASO DA REGIÃO NOROESTE PAULISTA

Rita de Cássia Salviana Pereira Minari (FIRB)

Marco Antonio Costa da Silva (UFMS/CPAR)

Telma Romilda Duarte Vaz (UFMS/CPAR)

Geraldino Carneiro de Araújo (UFMS/CPAR)

RESUMO

O objetivo desse artigo foi avaliar o nível de sustentabilidade em três assentamentos da região de Andradina/SP, beneficiados por programas da reforma agrária, tanto em nível federal como estadual, no Estado de São Paulo. Trata-se de uma análise importante para procurar mensurar os benefícios que os investimentos e recursos alocados nos programas estão possibilitando para a qualidade de vida dos assentados. A pesquisa é natureza quantitativa e qualitativa. Para coleta de dados foram utilizados dois instrumentos, sendo um questionário estruturado considerando aspectos econômico-sociais, ambientais e de capital social para a mensuração da sustentabilidade. O questionário foi aplicado em setenta assentados de quatorze assentamentos. Já a parte qualitativa envolveu a realização de quatro entrevistas. Os dados analisados sugerem que a sustentabilidade dos assentamentos tem sido bastante ampliada do ponto de vista econômico, social e ambiental para as famílias.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Assentamentos. Qualidade de Vida

Introdução

O conceito de sustentabilidade tem sido amplamente discutido nos meios acadêmicos, principalmente, no contexto das grandes corporações. O debate se dá em torno da preocupação com o meio ambiente, a responsabilidade social e os resultados econômicos. Contudo, do ponto de vista da reforma agrária, poucos estudos são produzidos no sentido de discutir a sustentabilidade dos assentamentos.

Já se passaram quatro décadas da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, mais de 15 anos da regulamentação da Lei nº8629/93 (Constituição Federal de 1988) sobre assentamento de reforma agrária e o que se constata por intermédio da mídia (Tv, jornais, revistas, etc) é que a situação dos assentamentos e dos assentados está longe de ser uma questão resolvida do ponto de vista da inclusão social. Não existe intenção nesse artigo de discutir questões políticas sobre reforma agrária. O mote para essa discussão é compreender, a partir dos assentamentos constituídos, como são ou estão organizados elementos importantes na construção da sustentabilidade dos assentamentos.

É sabido por todos que o Poder Público, na esfera federal, estadual e municipal, tem obrigações de investimentos em infraestrutura básica para os assentamentos, ao mesmo tempo, que tem oferecer recursos financeiros e capacitação técnica para que as famílias tenham condição de sobreviver com dignidade. Nesse contexto, onde se encontram moradia, vida social, produção, lazer e *locus* político, a pergunta que coloca é: os assentamentos são sustentáveis do ponto de vista sócio-econômico e ambiental?

Para responder a esse questionamento, esse artigo tem como objetivo avaliar a aplicação do conceito de sustentabilidade dos assentamentos. Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter quantitativo e qualitativo. Os dados foram coletados em assentamentos da região de Andradina/SP, beneficiados por programas da reforma agrária, tanto em nível federal como estadual, no Estado de São Paulo, com aplicação de dois instrumentos: o

questionário respondido pelos assentados e a entrevista. Os dados analisados sugerem que a qualidade de vida dos assentados é considerada boa, permitindo afirmar que a sustentabilidade dos assentamentos melhorou muito nos últimos anos, não obstante ao fato de que ainda precisa melhorar muito mais.

1. Reforma Agrária – Algumas Reflexões

A reforma agrária no Brasil é fruto de um processo histórico que tem suas raízes na própria colonização do Brasil, envolve a exploração dos territórios mais produtivos para gerar uma produção que tinha a função não de atender as necessidades do país, então colônia portuguesa, mas de atender as necessidades da improdutiva Europa, pois conforme estatísticas realizadas pelo Banco do Brasil, em meados do século 19, o país chegou a exportar mais de 80% de sua produção (OLIVEIRA; STÉDILE, 2005).

Conforme se pode observar, a reforma agrária no Brasil está intrinsecamente ligada ao movimento dos sem terras (MST), surgido com a finalidade de resolver os problemas oriundos da má distribuição de terras que perduram desde a época da colonização do país. De acordo com essa linha de raciocínio, podemos aferir que:

O sistema de posse e uso da terra foi sempre, desde o período colonial, um motivo de tensões e lutas no meio rural brasileiro. A formação da classe, profundamente antagonizada face à concentração da renda e à diferença entre os níveis de poder, provocou, durante quase cinco séculos de colonização, atritos e lutas, ora sob a forma individual, entre senhor e escravo, entre proprietário e trabalhador, ora entre grupos sociais antagônicos, formados pelos proprietários de um lado e trabalhadores do outro (ANDRADE apud VARELA, p.74).

Tal como sua história, a reforma agrária tem sido conceituada de diversas formas por diferentes autores, que conforme diz Varela (1968), varia dos conceitos mais simplórios, como por exemplo, o entendimento geral de simples alterações das estruturas rurais aos mais elaborados, que compreende a reforma agrária como um conjunto de medidas que aspiram a promoção e a melhor distribuição de terra, por meio da mudança de sua posse e uso, com o objetivo de atender aos princípios de justiça social e, ao mesmo tempo, do aumento da produtividade.

Varela (1998) diz que a necessidade do cumprimento da função social da propriedade é um direito básico do ser humano, previsto na cláusula pétrea da Carta de 1988. Portanto, segundo o autor, o direito ao cumprimento da função social da propriedade foi construído como direito fundamental do povo brasileiro, de forma que a função social é um limite encontrado pelo legislador para delinear a propriedade, obedecendo, sobretudo, o princípio da prevalência do interesse público sobre o interesse particular. Esse princípio define que sempre que em caso de conflito entre interesse público e interesse particular, deve prevalecer aquele que representa a vontade da coletividade, em detrimento da vontade de um indivíduo isolado.

Entretanto, em conformidade com o art. 184 da Constituição Federal, Varela (1998), explica que isso não quer dizer que se podem anular completamente os direitos do antigo proprietário, pois neste caso, a legislação requer a previsão legal de justiça e indenização, a fim de se evitar prejuízos financeiros ao cidadão, mesmo quando este perde o direito de continuar proprietário, conforme enfatiza a seguir:

[...] é necessário instituir que a reforma agrária continua sendo uma necessidade estrutural da sociedade brasileira, e um instrumento para corrigir

a desigual distribuição de terra e sua retenção improdutivo, descumprindo o preceito constitucional de que a propriedade privada da terra deve cumprir sua função social. Como está previsto no artigo 184 da Constituição Federal do país: ‘compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a função social [...]’. (OLIVEIRA, 2007, p.36).

Conforme o exposto, a criação do movimento dos sem terra é justificada pela necessidade de se efetivar uma reforma agrária que restabeleça no Brasil, o sentido de justiça social. Nesse sentido, vale lembrar que, como movimento, o MST foi constituído formalmente a no final da década de 1970, relacionado diretamente as lutas pela aquisição de terras consideradas improdutivas. A luta pela terra tem sido a bandeira do movimento que após quatro décadas da promulgação do Estatuto da Terra em 1964, e com mais de 15 anos da regulamentação da Lei nº8629/93 (Constituição Federal de 1988) sobre assentamento de reforma agrária, ainda está longe de ser uma questão resolvida do ponto de vista da inclusão social. Este fato tem sido amplamente debatido em todos os setores da sociedade brasileira, que tem acompanhado, por intermédio das mídias (TVs, jornais, revistas, etc) a situação dos assentamentos e dos assentados.

Em 2009 a reforma agrária brasileira atingiu uma população de 906.878 famílias assentadas, protagonistas de um modelo de reforma agrária que visa a assistência técnica do crédito para produção, a educação e a comercialização a preços que propiciem uma vida digna no meio rural (REVISTA TERRA DA GENTE, 2007, p.6).

Segundo Mansur (2010), existe hoje, cerca de 110 projetos de assentamentos criados no Estado de São Paulo. Os dados revelam que um número de mais de 9,5 mil famílias já estão assentadas. Segundo o autor, os benefícios conquistados pelo movimento acabam beneficiando também a população que reside próxima aos acampamentos. Um exemplo disso, é que em 2009, com o programa de aquisição de alimentos (PAA), cerca de 50 cooperativas e associações de assentamentos entregaram alimentos aos beneficiários de programas sociais locais como creche, asilos, escolas, hospitais, entre outras. Foram mais de 250 mil pessoas alimentadas com a produção provenientes de projetos de assentamentos.

É importante destacar, mais uma vez, que não existe intenção nesse artigo de discutir questões políticas sobre reforma agrária, entretanto muitas vezes não é possível fugir dos dados que o Movimento apresenta e que, por sua própria natureza, nos remete a questões dessa espécie. Entretanto, é importante pontuar que o mote para dessa discussão, busca compreender, a partir dos assentamentos constituídos, como são ou estão organizados elementos importantes na construção da sustentabilidade dos assentamentos.

De acordo com a revista Terra da Gente (2007), a reforma agrária praticada hoje no Brasil, tem buscado organizar assentamentos de qualidade, que garantam renda e cidadania às famílias no campo.

Silva (2010), explica que em São Paulo foi desenvolvido um modelo peculiar de reforma agrária, que tem o objetivo de, além de promover a descentralização da propriedade da terra, implementar uma série de políticas, como crédito assistência técnica, apoio à produção e à comercialização, construção de infra estrutura produtiva como água, habitação, energia, saneamento básico e estradas. Segundo o autor, somente por meio do esforço coletivo e articulado será possível construir soluções e diversificação produtiva. Portanto, segundo Silva (2010) é preciso trabalhar para estimular a organização de associações e cooperativas, a fim de desenvolver novos produtos e processos produtivos, condição impar para a se conseguir, efetivamente, a promoção de estratégias de acesso aos mercados, condições necessárias para a fixação do homem no campo.

2. Programas Governamentais de Apoio aos Assentados

A Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. A Lei 4.829 de 05 de novembro de 1965 institucionaliza o crédito rural. Essas Leis simbolizam o esforço e o progresso no sentido de se estabelecer uma política nacional voltada para a recuperação e incentivos da reforma agrária, subsidiando a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Atualmente são vários programas governamentais voltados para os agricultores, buscando subsidiar a agricultura familiar.

Após a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, percebe-se, de acordo com matéria publicada na Revista Terra da Gente (2007, p.52,). Que ocorre um “amplo reconhecimento legal para ampliar políticas como crédito, formação seguro, assistência técnica e outros, além de garantir o acesso dos agricultores aos benefícios sociais”. A Revista Brasil (2009) apresenta os números gastos com as linhas de crédito entre 2003 e 2009, cerca de R\$ 37,8 Mil, números expressivos se comparados a situação histórica da reforma agrária brasileira.

O site do INCRA (2010) apresenta os Programas desenvolvidos para fomentar a reforma agrária do país, conforme listamos a seguir:

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**, se constitui em um dos mais estruturados sistemas de crédito para o produtor familiar. O Objetivo deste programa é subsidiar projetos individuais ou coletivos de agricultores familiares e/ou assentados da reforma agrária. De acordo com informações advindas da Revista Terra da Gente (2007) o Brasil vive um novo momento, pois nos últimos anos foram assinados 10,6 milhões de contratos pelo PRONAF.
- **Programa Luz para Todos**, criado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), considera que a energia é fundamental para impulsionar o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos contribuindo para a redução da pobreza e o aumento da renda familiar, sendo um facilitador na integração do acesso a serviços de saúde, abastecimento de água e saneamento.
- **PAA**, Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como, promover a inclusão econômica e social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura família. Este programa permite que os agricultores armazenem os produtos e dessa forma, tenham condições de buscar preços justos.
- **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, foi criado para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais. Funciona como regime de alternância, com as aulas divididas entre o tempo na escola e o período na comunidade, com proposta pedagógica adaptada à realidade do meio rural.
- **ATER**, Programa de Assistência Técnica de Extensão Rural, objetiva alavancar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueira de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar.
- **Garantia-safra**, é um programa relacionado à previsão de indenização aos agricultores familiares dos municípios em que pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca ou milho foi perdida. Desta forma, vale pontuar que a reforma Agrária no Brasil inclui acesso a terra, luz elétrica, estradas, assistência técnica e crédito.

3 Pesquisa de Campo – A Sustentabilidade nos Assentamentos da Região de Andradina/SP

Nessa etapa são apresentados e discutidos os resultados para a pesquisa realizada no artigo. Antes são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a realização da pesquisa.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada em duas etapas, uma de cunho quantitativo e outra qualitativa (ROESCH, 2009; VERGARA, 2005). Quanto à abordagem, a pesquisa é de natureza descritiva. O estudo quantitativo procurou verificar a percepção dos assentados em relação a dimensões de sustentabilidade. O questionário levou conta 11 dimensões relacionadas a sustentabilidade são elas: Saúde; Educação; Habitação; Energia Elétrica; Condições Sanitárias e Higiene; Água; Descarte de Resíduos Sólidos; Lixo; Meio Ambiente e; Participação Política nos Assentamentos. Já o estudo qualitativo, procurou aprofundar a percepção em relação a aspectos levantados no estudo quantitativo. Para coletar dados foram utilizados dois instrumentos, o questionário estruturado e a entrevista semi estruturada. O questionário foi aplicado a 70 assentados residentes em 14 assentamentos. Já a entrevista foi realizada com 4 assentados, que serão chamados aqui de entrevistados “A”, “B”, “C” e “D”. Para efeito de análise, foram consideradas a forma quantitativa com apresentação de números e a análise de conteúdo considerando as 11 dimensões apresentadas anteriormente. (VIANNA, 2001).

Cabe esclarecer que o estudo está em fase inicial, sendo objeto de trabalho de curso, dessa forma, a amostra apresentada aqui na pesquisa quantitativa ainda não é probabilística, desta forma, pode ser chamada de intencional. Assim, os resultados não podem ser extrapolados para a população. (MARTINS, 2000).

3.2 Perfil Demográfico da Amostra

Os 14 assentamentos estão localizados na região de Andradina/SP, nas cidades de Andradina, Castilho e Murutinga do Sul.

Os dados demonstram que a amostra é composta por mais mulheres (61,5%), o restante são homens (39,5%). A maior prevalência de mulheres não pode ser explicada na pesquisa, entretanto, cabe esclarecer que assentamentos são ambientes onde a presença de mulheres responsáveis pela familiar é grande.

Os assentados que responderam o questionário são tem em média 42,5 anos de idade e estão no assentamento a 6,5 anos. As famílias têm em média 3,4 membros, sendo a renda de aproximadamente R\$ 9.548,23.

3.3 Discussão sobre Indicadores de Sustentabilidade em Assentamentos

A seguir, no quadro 1 são apresentados os dados sintetizados da percepção dos assentados sobre a sustentabilidade nos assentamentos. Para facilitar a compreensão, as informações estão apresentadas de acordo com as 11 dimensões destacadas na metodologia da pesquisa.

Conforme se constata, para os entrevistados a qualidade de vida melhorou muito nos assentamentos em todas as dimensões pesquisadas. É possível verificar que a dimensão educação é que ainda precisa avançar, uma vez que as crianças ainda precisam viajar até a cidade para estudar. Em relação a participação social nas decisões políticas do assentamento, constatou-se tratar-se de um grupo bastante organizado onde as decisões são tomadas em função da coletividade.

Dimensão	Indicador Existência no Assentamento de...	Percepção Geral da Amostra
Saúde	condições para o atendimento médico e ambulatorial (vacinação, primeiros socorros etc.).	Na maior parte dos assentamentos da região tem posto de atendimento à saúde, onde é disponibilizado médico uma vez por semana, agentes comunitários de saúde, que fazem visitas freqüentes para saber como está a saúde e verificar se precisa marcar consulta médica, acompanhamento das carteiras de vacinação. Apenas os assentamentos que estão em fase de início ainda não têm este benefício.
Educação	de escolas públicas ou comunitárias ou recursos para alfabetização.	Na maior parte dos assentamentos as crianças e adolescentes tem que ir à cidade mais próxima para estudar. É fornecido ônibus até a cidade. Uma pequena parte dos assentamentos tem escola comunitária de ensino fundamental.
Habitação	de moradias com condições adequadas para abrigar as famílias.	As casas dos assentados são na maior parte de alvenaria com reboco e piso.
Energia Elétrica	de energia elétrica nos assentamentos.	Todos os assentamentos usufruem o benefício do Programa Luz para todos, que é fornecido logo após a aquisição da terra.
Condições Sanitárias e Higiene	infraestrutura para descarte de dejetos humanos.	Uma grande parte dos assentados faz uso da fossa séptica o que é considerando um grande avanço para as condições sanitárias. Os demais fazem uso da fossa convencional.
Água	água em condições adequadas para consumo.	A maior parte dos assentados fazem uso de água de poço artesiano, ou poço cacimba. Porém os mesmos utilizam a técnica de cloração ou filtração para o consumo humano.
Descarte de Resíduos Sólidos	condições adequadas para descarte de resíduos sólidos (lixo).	Pela pesquisa feita, uma grande parte dos assentados enterra, ou cavam buraco e colocam fogo nos lixos. Uma pequena parte dos assentados faz coleta de lixo e levam ao destino propício.
Lazer	infraestrutura básica para o lazer.	Para o lazer eles os assentados não têm muitas alternativas, tendo apenas televisão, jogo de futebol e torneio de baralho e em datas comemorativas ocorrem quermesses.
Participação Política nos Assentamentos	condições para participação e controle efetivos nas e das decisões políticas que envolvem o assentamento.	Nos assentamentos tem coordenadores que são escolhidos em votação pela maioria dos assentados, em assembléia geral, para representá-los em decisões, busca de melhorias para o assentamento, verbas que são liberadas pelo Governo Federal junto ao INCRA. Além disso, os coordenadores

		representam os assentamentos junto aos governos do Estado e Municio.
Meio Ambiente	preocupação e ações práticas para preservação do meio ambiente no processo produtivo e na ocupação do solo.	Nos assentamento tem reservas nativas, matas ciliares, rotação de culturas, plantam árvores nas divisas dos lotes para ajudar na preservação do ambiente. Os acampados usam a terra de acordo com sua vocação, recebendo orientação técnica..

Quadro 1 - Indicadores de Sustentabilidade nos Assentamentos

Fonte: dados da pesquisa

As entrevistas de forma geral validam a percepção encontrada na pesquisa quantitativa de que a sustentabilidade do ponto de vista social e econômica ocorreu para os assentados. Como destaca o assentado A, a qualidade de vida melhorou muito:

[...] a partir do momento que acampeei, no ano de em 1989 [...] passamos a ser assentados pelo INCRA, daí 6 anos, passamos a ser assentado pelo INCRA, passamos a ter uma vida melhor, logo fomos, beneficiados pelo INCRA no projeto PRONAF – um avanço maravilhoso, pois, tivemos dinheiro para cercar o sitio, dinheiro para comprar a vaca leiteira dessas vacas passamos a ter um sustento melhor. [...] temos fossa séptica, temos mais de 3000 (três mil pé de eucalipto), temos ordenha, barracão, em fim, temos uma vida boa se não fosse isso estaria numa miséria terrível na cidade, lá na consegui nada (FALA DO ENTREVISTADO A).

Um aspecto importante observado nas entrevistas e que reforça a inclusão e o aumento da sustentabilidade social é a possibilidade oferecida pelo governo, com seus programas, para que os assentados estudem no ensino superior. O entrevistado D afirma que:

[...] através da reforma agrária beneficiou até mesmo por ta fazendo faculdade pelo PRONERA. Está estudando dentro da Federal de São Carlos e agente está aprendendo muita coisa. [...] eu estou fazendo agronomia e dando a oportunidade de tudo isso que venho aprendendo está desenvolvendo dentro do meu lote, dentro do meu assentamento.
(FALA DO ENTREVISTADO D).

O que se percebe é que o entrevistado D tem clareza com relação a oportunidade que lhe é dada para estudar e de como isso pode retornar em termos de benefício para ele e sua família, inclusive citando a sustentabilidade como ganho obtido.

Já para o entrevistado B, ressalta a melhoria de qualidade de vida no que diz respeito aos benéficos relacionados a habitação, energia e , infraestrutura para produzir.

[...] para mim é ótimo eu era empregado hoje tenho minha casa, tenho meu lote de 5 alqueires e, foi muito bom, pelo menos hoje tenho um pedaço de terra eu não tinha nada pagava aluguel, hoje eu tenho casa, tenho energia, energia barata, o Luz Para Todos, tem o FOMENTO, tem o habitação e tudo isso é fundo perdido e, depois vem o PRONAF, que é para comprar as vacas para começar ter uma renda fixa e tudo isso graças ao Governo Federal e a luta da reforma agrária que para mim foi a melhor coisa do mundo FALA DO ENTREVISTADO B).

Por fim, o entrevistado C, reforça o incremento de qualidade de vida mostrando a possibilidade de educação oferecida para as crianças no próprio assentamento. O assentado explica que

[...] acho muito interessante é uns dos melhores projetos que eu conheci hoje no país. Temos uma escola que é um ganho enorme para questão rural, as crianças era incentivadas só com projetos urbano e hoje a escola do campo é para incluir o filho do assentado dentro do lote caracterizando a reforma agrária e caracterizando também a agricultura familiar (FALA DO ENTREVISTADO C).

Os dados apresentados sugerem fortemente que a qualidade de vida melhorou nos assentamentos melhorou nos indicadores pesquisados.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo avaliar a sustentabilidade em assentamentos rurais na região de Andradina.

A revisão da literatura mostra que a reforma agrária, no Brasil, de certa forma se confunde com o movimento do MST. Sem discutir os aspectos políticos, evidencia-se que os governos dos três níveis têm colocado muitos recursos para melhorar as condições dos assentados depois que esses têm acesso a terra. A quantidade de programas criados está contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos assentados, ao mesmo tempo em que, está gerando um ambiente mais sustentável, tanto econômico-social, objetivo do governo, quanto ambientalmente, demanda atual.

Uma das principais considerações a que se chega é que a dimensão econômica foi avaliada de forma amplamente satisfatória, já que a grande maioria dos assentados se vê em condições muito melhores de qualidade de vida. Constatou-se que ocorreu uma melhoria da renda das famílias.

Outra questão verificada, ocorre em relação a dimensão ambiental que apresentou resultados muito interessantes do ponto de vista da preservação do meio ambiente, da utilização adequada dos recursos naturais (solo e água), evidenciando, no que diz respeito ao meio ambiente, os assentados pesquisados estão utilizando práticas sustentáveis, evidenciando que os programas do governo que envolvem assistência técnica estão trazendo resultados.

Com relação a dimensão político-social constatou-se que as associações possuem um bom desempenho em termos de sustentabilidade, uma vez que, apresentam uma organização e participação nas decisões que envolvem o bem estar dos assentamentos. Trata-se de um modelo que solicita o comprometimento dos assentados, dando sugestões que, que são discutidas, podendo se reverter em benefícios, mostrando um espírito democrático.

Conclui-se, do ponto de vista da amostra que ocorre uma percepção muito elevada de aumento de qualidade de vida e, sugerindo pelas dimensões investigadas que os assentamentos têm um bom nível de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A continuação dos estudos deve trazer números precisos relacionados a sustentabilidade, bem como, na perspectiva qualitativa descobrir como as coisas estão funcionando e quais as razões.

Referências

ANGLER, Anne Joyce. *Vade Mecum*. Acadêmicos de Direito - Constituição Federal. 6. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2008.

BARRETO, Ricardo Candea Sá; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília V.43, n.2, apr./Jun. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento agrário. *Revista eletrônica*. Disponível em: <http://www.incr.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10720:0&catid=1:ultimas&Itemid=278> . Acesso em: 16 ago. 2010.

_____. Secretária de Comunicação Social da Presidência da República (Secam/PR), *Estamos Vivendo um novo Brasil*, *Revista*, edição Abril/2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA TERRA E DA ÁGUA: Reforma Agrária Democracia e desenvolvimento sustentável; Editora Expressão Popular 1º edição, São Paulo, 2007.

Transcrição das palavras: Bruno Borges

GOMES, Ari. Reforma Agrária: *Revista da Associação Brasileira de reforma Agrária (ABRA)*. 2006, v. 33, p.146, São Paulo: Editor Filho José Juliano de Carvalho.

_____. Ari. Reforma Agrária. *Revista da Associação Brasileira de reforma Agrária (ABRA)*. 2007, v. 34, São Paulo: Editor Filho José Juliano de Carvalho.

MANSUR, Douglas. *Orgulho de ser Assentado*. Março 2010.

MARINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STEDILE, João Pedro. *A natureza do Agronegócio no Brasil*. Fórum Nacional de Reforma Agrária: Cartilha da via Campesina, maio de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/julho/em-sete-anos-paa-ja-investiu-r-2-7-bilhoes-na-compra-de-2-6-milhoes-de-toneladas-de-alimentos>>. Acesso em: 02 set.de 2010.

RETRATO de um Brasil Rural Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Relatório de Gestão. Circulação Nacional Janeiro de 2005.

_____. Relatório de Gestão. Circulação Nacional Janeiro de 2007.

REVISTA TERRA DA GENTE. Relatório de Gestão – Retrato de um Brasil Geral Rural 2003-2006. Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Circulação Nacional, Janeiro de 2007.

ROESCH, Silvia Maria Azevedo. *Projeto de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhos de conclusão, Dissertações e Estudos de Caso*. São Paulo, Atlas, 2009.

VARELLA, Marcelo Dias. *Introdução da reforma agrária*. São Paulo: Editora de Direito LTDA, 1998.

VERGARA, Silvia, Costant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, Ilca de Oliveira A. *Metodologia do Trabalho Científico: um enfoque didático da produção científica*. São Paulo: EPU, 2001.